
AINDA O ARTIGO 16 DA LEI DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA: UM RECENTE DESDOBRAMENTO, EM CURSO, NA JURISPRUDÊNCIA DO STF

Camilo Zufelato

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 215 - 237 | Mar / 2020 | DTR\2020\150



2.

DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO CASO DO RIO DOCE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ATUAÇÃO DO LITIGANTE HABITUAL NESTA FORMA DE RESOLUÇÃO DE QUESTÕES REPETITIVAS

Bianca Mendes Pereira Richter

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 327 - 355 | Mar / 2020 | DTR\2020\151



3.

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Celso Anicet Lisbôa

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 423 - 435 | Mar / 2020 | DTR\2020\190



4.

RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL CONTRA DECISÕES QUE VERSAM SOBRE TUTELA PROVISÓRIA: POR UMA ATUALIZAÇÃO HERMENÊUTICA DA SÚMULA 735 DO STF

Georges Abboud

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 173 - 190 | Mar / 2020 | DTR\2020\78



5.

A PENHORA DO FATURAMENTO DA EMPRESA E OS CRITÉRIOS ADOTADOS POR TRIBUNAIS NA DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL

Juliana Luisa Scheibler

Guilherme Antunes da Cunha

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 133 - 151 | Mar / 2020 | DTR\2020\79



6.

MORTE DA PARTE E SUSPENSÃO DO PROCESSO: REPERCUSSÕES NO PRAZO PRESCRICIONAL (PARECER)

Arruda Alvim

Thereza Alvim

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 19 - 34 | Mar / 2020 | DTR\2020\412



7.

PÓS-VERDADE, PÓS-DEMOCRACIA E PROCESSO

Eduardo Cambi

Nicole Naiara Schmitz

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 35 - 75 | Mar / 2020 | DTR\2020\416



8.

BREVES PONDERAÇÕES A RESPEITO DA FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: O CONTEÚDO NORMATIVO DO INCISO IV DO ART. 489, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

Mário Henrique de Barros Dorna

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 77 - 91 | Mar / 2020 | DTR\2020\417



9.

EFEITOS LÍCITOS DA PROVA ILÍCITA EM PROCESSO: SEJA ESTE ESTADUAL OU ARBITRAL PORQUE A NATUREZA DA JURISDIÇÃO NÃO MUDA O PONTO DE REFERÊNCIA DO ILÍCITO (PARTE I)

Paula Costa E Silva

Nuno Trigo dos Reis

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 95 - 130 | Mar / 2020 | DTR\2020\418



10.

ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA CONCEDIDA NO ÂMBITO RECURSAL: UMA NECESSÁRIA ADAPTAÇÃO PROCEDIMENTAL

Hector Cavalcanti Chamberlain

Patrícia de Arruda Pereira

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 155 - 170 | Mar / 2020 | DTR\2020\422



11.

**O CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS
PROFERIDAS EM RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E FALÊNCIAS EM HIPÓTESES NÃO
PREVISTAS NA LEI 11.101/2005**

Paulo Henrique dos Santos Lucon

Nathália Vargas

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 191 - 211 | Mar / 2020 | DTR\2020\504



12.

**AÇÃO COLETIVA PASSIVA: UM DIÁLOGO COM A DOUTRINA: LEGITIMIDADE ATIVA E
PASSIVA (SEGUNDA PARTE)**

Luiz Manoel Gomes Junior

Luana Pedrosa de Figueiredo Cruz

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 239 - 254 | Mar / 2020 | DTR\2020\505



13.

**ACESSO À JUSTIÇA. SOCIEDADE EMPRESARIAL. CLÁUSULAS ESTATUTÁRIAS QUE
CONDICIONAM A FORMAÇÃO DA VONTADE SOCIAL QUANTO AO INTERESSE EM LITIGAR
OU NÃO A PROCEDIMENTOS INTERNOS ESPECIAIS: AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO
PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DE JURISDIÇÃO**

Humberto Theodoro Júnior

Helena Lanna Figueiredo

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 303 - 324 | Mar / 2020 | DTR\2020\522



14.

**ALIENAÇÃO (JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL) DE BEM POR SOCIEDADE DIFERENTE DA
CREDORA QUE COMPÕE GRUPO SOCIETÁRIO: UM BOM EXEMPLO DE NEGÓCIO
JURÍDICO EXECUTIVO SOBRE LEGITIMIDADE**

Fredie Didier Júnior

Lucas Buril de Macêdo

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 275 - 301 | Mar / 2020 | DTR\2020\525



15.

AS MEDIDAS AUTOSATISFACTIVAS DO DIREITO ARGENTINO COMO FORMA RACIONAL DE PRESTAÇÃO DA TUTELA JURISDICIONAL

Américo Andrade Pinho

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 359 - 380 | Mar / 2020 | DTR\2020\526



16.

PRECEDENTS IN PRACTICE: THE ENGLISH EXPERIENCE

Neil Andrews

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 381 - 397 | Mar / 2020 | DTR\2020\528



17.

JUSTICIA ARTIFICIAL: OPORTUNIDADES Y DESAFÍOS

Álvaro Javier Pérez Ragone

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 401 - 419 | Mar / 2020 | DTR\2020\529



18.

A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NAS AÇÕES COLETIVAS PASSIVAS BRASILEIRAS: DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS E O “PROBLEMA” DA AÇÃO COLETIVA PASSIVA DERIVADA

Mateus Abreu Antunes da Silva

Revista de Processo | vol. 301/2020 | p. 255 - 271 | Mar / 2020 | DTR\2020\531